

DOI: [10.46943/IX.CONEDU.2023.GT15.006](https://doi.org/10.46943/IX.CONEDU.2023.GT15.006)

O ENSINO DO DITO E DO IMPLICADO NO CONTEXTO DOS GÊNEROS TEXTUAIS

BEATRIZ MARIA NERI OLIVEIRA

Mestranda do Curso de Mestrado em Linguística da Universidade Federal do Ceará - CE, dieupaix@gmail.com;

ALISSON GOMES DE ARAÚJO

Mestrando do Curso de Mestrado em Linguística da Universidade Federal do Ceará - CE, alissongomes@gmail.com;

RESUMO

Este trabalho apresenta uma proposta de ensino acerca das formas apropriadas de raciocinar e argumentar logicamente, com vistas a ajudar os estudantes no desenvolvimento de inferências e conclusões válidas em suas produções escritas. Para tanto, nosso percurso teórico-metodológico busca a associação do estudo dos gêneros textuais ao campo da pragmática discursiva, com base nas implicaturas conversacionais, um instrumental lógico elaborado por Grice (1975). Estamos, outrossim, subsidiados em uma metodologia notadamente qualitativa nos termos de Prodanov e Freitas (2013). De início, exploramos o fenômeno da comunicação, evidenciando seus principais elementos e características, em particular, a questão da intencionalidade e dos condicionantes da ação humana responsáveis pelo estabelecimento da significação (dita e implicada) dos nossos enunciados. No percurso desta pesquisa, nossos resultados trazem pistas esclarecedoras quanto à constatação segundo a qual os estudantes evidenciam imensas dificuldades em produzir um texto claro, conciso e objetivo, no contexto da educação básica, podendo carregar tais obstáculos para suas experiências futuras com a escrita. Consideramos que essas dificuldades podem estar assentadas no modo fragmentado e desarticulado de como raciocinam. Combinamos, portanto, a pragmática lógica griceana com os gêneros discursivos nos termos propostos por Maingueneau (1999, apud Marcuschi, 2008) e Bishop e Ostrom (1997). Desse modo, esperamos fornecer uma ferramenta tecnicamente robusta para a produção textual destes estudantes.

Palavras-chave: Intencionalidade, gêneros textuais, implicaturas conversacionais, produção textual.

Introdução

Estudantes costumam relatar dificuldades quando precisam resolver questões referentes às, por vezes, áridas disciplinas “de exatas”, a saber, Física, Matemática e Química. Por razões seguramente distintas, por exemplo, a pouca familiaridade temática, é penosa a eles a tarefa de identificar a tese/ideia principal defendida por um determinado autor não muito obtuso num prosaico texto de história contemporânea. Independentemente do grau de dificuldade associado àquelas questões, ou a falta de clareza quanto à tese desenvolvida em uma unidade discursiva qualquer, esses estudantes podem até não saber, mas existem técnicas apuradas destinadas ao pleno exercício da fluência na prática leitora associada à recuperação de conteúdos implícitos, subentendidos e acarretamentos, as quais poderiam, uma vez adotadas, atenuar de forma notável tais embarços.

Não obstante, a fluência na prática leitora é uma habilidade que se faz necessária, pois ela não se restringe ao ambiente da sala de aula onde ocorre a escolarização formal, mas também serve ao exercício idôneo da cidadania. A depender da finalidade pretendida, se intrínseca, isto é, constitui um bem último, vale por ela mesma e não por aquilo que acarreta, por exemplo, quando se lê por puro dilettantismo os romances e poemas preferidos; ou então extrínseca (ou instrumental), nesse caso torna-se um meio para atingir um fim, tal qual pode ser constatado em boa parte de nossas ações cotidianas que envolvem o entendimento dos termos contratuais do emprego recém conquistado, a verificação do valor correto cobrado no cupom fiscal da compra realizada no mercantil do bairro e/ou dos comentários (nem sempre) elogiosos postados nas redes sociais imediatamente após a publicação de uma foto casual, a manutenção da assembleia do condomínio em razão da correção dos pontos a serem discutidos, a constatação de mensagem (informal) enviada por um parente ou amigo no aplicativo de mensagens disponível no celular, em suma, em todas as instâncias da vida pública e privada, ter o domínio aprimorado da leitura é um *plus* decisivo no apoio às nossas tomadas de decisão e ao consequente estabelecimento das bases que sustentam esse conflituoso elemento chamado convívio social.

Assim, tomada aqui como uma atividade pretensamente habitual, daí a opção por “prática leitora” em vez da simples “leitura”, a fluência na prática leitora tem se constituído, nos últimos anos, em um tema produtor de extraordinária fortuna crítica. A presente pesquisa tem como razão de ser (sua justificativa) a hipótese de

que a formação e o conseqüente aprimoramento de leitores hábeis e fluentes dependem fundamentalmente das ferramentas próprias a eles oferecidas que ampliam, por sua vez, o processo de compreensão e letramento e, em última instância, a capacidade para recuperar conteúdos implícitos apreendidos da comunicação verbal. Com efeito, almeja-se examinar um modelo lógico-pragmático de recuperação das mensagens responsáveis pelo estabelecimento da significação correlacionada à discrepância forma e conteúdo, isto é, entre aquilo que se diz e aquilo que se quer dizer.

METODOLOGIA

Com o intuito de cumprir adequadamente os propósitos antes delineados, reputamos o conhecimento a propósito da harmonia entre elementos linguístico-contextuais – característicos da comunicação verbal – vinculado a intenções comunicativas e aduzido pela Pragmática discursiva, pensada por Grice (1975). Dado que as intenções estão na essência da comunicação humana, e comunicação bem-sucedida implica em reconhecimento de intenções, interessa investigar que intenções são essas cujo reconhecimento é essencial para conferir a uma ação o estatuto de comunicação. Consorciados a esta base teórica, evocamos os princípios constituidores dos chamados gêneros textuais à maneira de Marcuschi (2003), a fim de cotejar, de modo consistente, as particularidades das implicaturas conversacionais veiculadas em certos tipos de gêneros textuais. Essas orientações e esses pressupostos teórico-metodológicos são tais que, segundo Prodanov e Freitas (2013), revelam a natureza qualitativa da presente pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É incontroverso o fato segundo o qual o discurso humano é determinado pelas intenções comunicativas dos agentes linguísticos relativamente a determinado contexto. As nossas palavras não são apenas um exercício vocal banal que impacta os ouvidos do nosso interlocutor. Isso porque um proferimento como “A Terra gira em torno do sol” nos remete a uma descrição parcial de como as coisas são. Sendo assim, aquela frase pode ser verdadeira ou falsa a depender da descrição feita corresponder ou não à realidade que ela enceta e, além disso, há aqui a discrepância entre forma e conteúdo, entre o que se ouve e o que se diz, entre o que

se diz e o que se quer dizer. Ora, codificar linguisticamente esses aspectos é uma tarefa sofisticada a qual, para ser bem-sucedida, deverá ter em conta a dinâmica contextual (MEDEIROS, 2006).

Noutras palavras, as línguas naturais são formas sofisticadíssimas de parear sons e significados. Tal pareamento é, como resta evidente, completamente arbitrário: um falante do português se refere a um tipo de utensílio cortante como *faca*, enquanto o francês recorre a palavra *couteau*. Como se vê, sons distintos, mas significados aproximados. Desse modo, por mais que seja arbitrária, a combinação entre som e sentido é, em termos comunicativos, vinculante (MEDEIROS, 2006). Em sendo estabelecida, ela é alçada à categoria de regra a ser, coordenada e coletivamente, seguida, a despeito da decisão do falante fazer ou não coincidir sons a sentidos.

Com efeito, é dito convencional (histórico e culturalmente estabelecido) esse aspecto ao mesmo tempo arbitrário e regular da linguagem humana (MEDEIROS, 2006). Uma convenção age como acordos tácitos, geralmente não explícitos, que forjam ações coordenadas por parte de todo e qualquer falante que adere a ela. Em termos estritamente linguísticos, as convenções codificam a gramática das línguas, nomeadamente o conjunto de regras e princípios que regulam a forma e o conteúdo de suas expressões. Se eu sou um falante competente de português e quero, por exemplo, elogiar o desempenho acadêmico da minha sobrinha de 12 anos, eu posso dizer *o boletim da Sofia é impecável*, justamente por saber, e assumir que meus interlocutores também saberão, que o sentido atribuído pelas regras do português a essa sequência de sons e palavras é o de uma *apreciação positiva*, portanto, um gênero discursivo, acerca do desempenho escolar da minha sobrinha.

Vinculado às convenções linguísticas, o conteúdo ali veiculado é o que se costuma chamar significado convencional. A questão aqui é que, na maioria das vezes, a comunicação linguística extrapola o meramente convencional: às vezes, não se sabe se o que o falante quis dizer é o que ele, de fato, disse (nas modalidades oral e escrita). Ora, se é verdade que “tudo que se diz se escreve, ou seja, todas as linguagens são gêneros” (MEDEIROS, 2006, p. 1814), então, fica difícil classificar um gênero em razão da instabilidade instaurada pelo dito e o implicado. Daí porque, e com razão, Bakhtin ter afirmado que os “gêneros do discurso são tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 1997, p. 279 apud MEDEIROS, 2006, p. 1813). De qualquer forma, Bakhtin (1997) concebe dois tipos de gêneros, a saber,

“os gêneros primários (simples) e os gêneros secundários (complexo)” (MEDEIROS, 2006, p. 1814).

Medeiros (2006) salienta as dimensões discursiva e textual apresentadas por Rojo (2000), sendo as instâncias comunicativas definidoras do gênero discursivo como um todo, ao passo que os gêneros textuais estão relacionados aos tipos de textos que veiculam esses significados, o que acarretou o estabelecimento da Teoria dos Gêneros Discursivos (TGD) e a Teoria dos Gêneros Textuais (TGT). Por essa distinção, Marcuschi (2003) enfatizou o papel do suporte enquanto materialidade por meio da qual os gêneros são historicamente transmitidos, a saber:

O suporte, realmente, é importante, porém não significa que ele determine o gênero, mas que o gênero exige um suporte especial, embora em alguns casos o suporte determine a distinção que o gênero recebe. O mesmo autor aponta desde o telefone, que funciona como canal, passando pela Internet (um serviço), ao pára-choque de caminhão (suporte de um gênero), porém com uma certa cautela, pois é uma abordagem que exige uma definição mais criteriosa. (MEDEIROS, 2006, p.1815)

Sabendo que é relevante a relação entre os gêneros textuais e os tipos textuais, cabe distinguir suas definições. Conforme nos aponta Medeiros (2003, p.1814):

Os tipos servem para explicar como funciona a realidade, mas não são reais em si mesmos, visto que possuem traços esquemáticos, pois funcionam como esquemas. Os gêneros, por sua vez, apresentam-se como entidades concretas empiricamente realizadas, com forma e conteúdo próprio, e, situam-se em contextos de uso localizado definidos por comunidades linguísticas com práticas sociais e normas comuns.

No entendimento de Medeiros (2006), todo tipo textual é o resultado de sua natureza composicional, ao passo que “os gêneros textuais são textos que encontramos em nossa vida diária com padrões sócio comunicativos característicos; são formas textuais escritas ou orais bastante estáveis, histórica e socialmente situadas” (MARCUSCHI, 2003, p. 4 apud MEDEIROS, 2006, p. 1815).

Podemos dizer que a interação comunicativa entre os agentes de uma determinada comunidade linguística, em um nível basilar, está apoiada em duas premissas. Quer seja numa conversa banal ou causal, presumimos que o(s) nosso(s) interlocutor(es) compartilha(m), para mais ou para menos, o código linguístico que usamos e, conseqüentemente, compreende(m) o que as nossas palavras significam. Por outro lado, é de se presumir que quando um interlocutor diz o que quer

que seja a outro interlocutor, ele o faz com algum propósito comunicativo, nomeadamente não apenas dizer, mas querer dizer algo.

A conversa é uma forma de interação social e, exatamente, por esta razão, pressupõe que haja um mínimo de colaboração por parte dos participantes, para que não se perca sentido no ato de falar, ouvir e responder. Ora, para que a interação verbal não passe de um aglomerado de ações incongruentes e desajuizadas, há de se ter uma forma mínima de coordenação entre esses interlocutores a propósito do simbolismo que empregam, sob pena de tornar a comunicação ineficaz e, no limite, inútil (FERREIRA, 2020).

Ademais, é mister rememorar as palavras de Fiorin (2017, p. 163) acerca da enunciação, quando nos lembra que:

Como a pessoa enuncia num dado espaço e num determinado tempo, todo espaço e todo tempo organizam-se em torno do “sujeito”, tomado como ponto de referência. Assim, espaço e tempo estão na dependência do *eu*, que neles se enuncia. *O aqui* é o espaço do *eu* e *o agora* é o momento da enunciação. A partir desses dois elementos, organizam-se todas as relações espaciais e temporais. (grifos do autor)

Há, portanto, o imperativo de compreendermos os atos languageiros como sinais que evidenciam a complexidade existente na interação e a necessidade de percebermos a importância do contexto, especialmente quando analisamos as implicaturas conversacionais e a prática leitora de nossos estudantes.

Por mais que possa constituir um conjunto de obviedades comunicativas (e são), as afirmações acima revelam, por assim dizer, a essência da comunicação humana ao instaurar uma lógica da conversação que combina elementos das esferas social (convencional) e pessoal (intencional). Com efeito, essa lógica confere demasiada fluidez pela afinidade e, na maioria das vezes, estranhamento sob diferentes gradações daquilo que dizemos de modo literal e daquilo que queremos efetivamente dizer, mas cuja veiculação é feita apenas implicitamente. E isso se aplica a situações as mais banais do cotidiano. Eu posso dizer “O dia está ensolarado” querendo, com isto, tão-somente informar o meu interlocutor sobre o tempo, ou então posso estar indicando que seria um bom programa ir à praia com os amigos. Posso dizer de modo apelativo “Ele é político, mas é honesto!”, exaltando uma suposta posição de prestígio social e assim expressar literalmente o que penso ou, ironicamente, pondo em causa a sua falta de honestidade e querendo dizer exatamente o oposto daquilo que dissera antes.

Muitos estudiosos de áreas diversas do saber como linguistas, filósofos, cientistas da cognição buscam entender como tudo isso é possível, ou seja, o que são esses significados veiculados via conversação, e como se dá esse processo; o que justifica o misterioso e ao mesmo tempo surpreendente fato de os interlocutores conseguirem recuperar o que queremos dizer ainda que nossa fala não tenha sido suficientemente explícita, apenas sugestiva ao que tínhamos em mente (PIRES DE OLIVEIRA; BASSO, 2014).

Segundo Austin (1975), é no ato comunicativo que se transmite de modo intencional algum tipo de conteúdo. Com efeito, a comunicação é em essência intencional (SEARLE, 1979). Suponha que um escolar tenha guardado exames bimestrais numa gaveta do seu quarto. Sem saber que ele está no quarto da irmã, a mãe desse garoto entra em seu quarto e nota que ele deixara a gaveta aberta com os exames, e fica ela sabendo que naquela etapa o seu filho não foi bem-sucedido. Nestas condições, seria incorreto dizer que o garoto comunicou à mãe das notas ruins, por mais que uma ação sua, deixar as provas na gaveta à vista, tenha feito chegar até sua mãe um dado conteúdo, o resultado insatisfatório. Toda a questão aqui é que a ação não foi de modo intencional. E mesmo que fosse a intenção do garoto dizer a mãe daquele resultado, claramente ele não agiu nesses termos, caso contrário não teria guardado os exames na gaveta. E isso é o bastante para caracterizar sua ação como comunicativa¹.

Por essa caracterização, estariam tacitamente excluídas quaisquer informações cujas vias não sejam agentes, nomeadamente eventos do mundo privados de intencionalidade, por exemplo, um trovão, que serve de um indicativo, às vezes não tão seguro, de que vai chover ou que algum raio virá em sequência. Eventos dessa natureza são indícios de que algo poderá acontecer e eu poderei me antecipar a esse respeito, mas, claramente, não são intencionais. Os conteúdos (ou significados) que nos chegam até nós desprovidos de intencionalidade são chamados significados naturais, ao passo que os significados não naturais estão vinculados às intenções comunicativas dos agentes linguísticos (AUSTIN, 1975; PIRES DE OLIVEIRA; BASSO, 2014).

Para concluir esse pano de fundo filosófico acerca da essência da comunicação humana, depreende-se que nos comunicaremos bem se reconhecermos as intenções dos nossos interlocutores. Para entendermos a centralidade da intenção

1 Uma situação parecida foi proposta por Ferreira (2020).

e de que forma ela é decisiva para a boa comunicação, vejamos dois exemplos apresentados por Ferreira (2020, p. 22):

Eu quero que você acredite que fumar faz mal à saúde, e para tanto eu me dirijo a você e vou direto ao ponto, dizendo: fumar faz mal à saúde. Você, porém, não reage amigavelmente, respondendo: Isso é bobagem! Meu avô fumava e viveu até os cem anos. Certamente, eu não fui bem-sucedido na minha tentativa de persuadir você de que fumar é prejudicial à saúde. Minha fala não abalou suas convicções. Eu falei com a intenção de que você acreditasse em alguma coisa, mas você continuou não acreditando. Mas do ponto estritamente comunicativo, eu fui, sim, bem-sucedido. Afinal de contas, minha fala fez você captar minha intenção. Compare essa situação com a seguinte: você e eu estamos em uma sala e você está próximo da janela, que está fechada. Sentindo-me incomodado com o ar abafado e não tendo intimidade suficiente com você, eu não me sinto à vontade para lhe pedir que abra a janela. Decido, então, dizer apenas – Está bem quente hoje. esperando que, ao me ouvir, você perceba meu desconforto e abra a janela. Você, entretanto, interpreta minha fala como uma mera observação sobre o tempo, respondendo que, de fato, faz muito calor nessa época do ano, e deixando a janela como está. Neste caso, eu não fui bem-sucedido do ponto de vista comunicativo, já que você não reconheceu minha intenção, digamos, primária, que era que você abrisse a janela. Podemos até adicionar um colorido à estória e imaginar que por mera coincidência você acabe por abrir a janela logo após minha fala, mas não pelo que eu disse, mas por um outro motivo qualquer.

Na segunda situação, como não houve um *feedback*, então a comunicação não atingiu sua finalidade, a saber, que a janela fosse aberta. De modo patente, o interlocutor não reconheceu a intenção. E nada mudaria ainda que eu tivesse me valido de uma linguagem não verbal. Em suma, sem o reconhecimento das intenções, é praticamente impossível provocar alguma reação em nossos interlocutores. Essa mesma ideia, isto é, a centralidade que as intenções adquirem em meio as nossas práticas discursivas, são transplantadas para o domínio textual. Em todo e qualquer contexto de situação (e de cultura), “há atividades que são representadas na linguagem, há papéis desempenhados por nossos interlocutores que se estabelecem pela linguagem, e há pressuposições compartilhadas por nós e nossos interlocutores que se estabelecem pela linguagem” (MEURER; MOTTA-ROTH, 2002, p. 11).

Concluimos a seção anterior mencionando que as práticas discursivas são entremeadas pelo fenômeno da intencionalidade. Por sua vez, o discurso humano é produto de uma noção linguística mais elementar, a predicação (FRANCHI, 2003). A predicação é uma relação de caráter intencional que corresponde à atribuição de propriedades a indivíduos: trata-se daquilo que é expresso – ou em certos pontos de vista, daquilo que é referido – por um predicado acerca de um sujeito. Segundo Franchi (2003, p. 18), “indivíduos e propriedades pertencem à esfera das entidades de que o sujeito e o predicado são correlatos na esfera dos signos que se compõem para formar um a proposição”.

Por ‘proposição’ deve-se entender o conteúdo verdadeiro de uma frase declarativa sintaticamente articulada (RAPOSO, 1992). Assim, quando alguém afirma que “os cearenses são gaiatos”, essa afirmação será verdadeira se e somente se de fato os cearenses forem gaiatos. A proposição equivale à sobressidade (sobre o que se fala), mas que no plano do discurso tem o conteúdo determinado por quem fala e como se fala constituindo uma representação parcial da realidade (MARCUSCHI, 2008). É pela articulação desses três elementos da predicação e do caráter representacional que ensejam, que emerge uma compreensão genuína dos gêneros discursivos materializados nos textos.

Segundo Meurer (2002 *apud* Meurer e Motta-Roth, 2002), há nos textos a projeção da realidade, pois lá está vívida a reconstrução de conhecimentos e crenças revelados sob diferentes ângulos, às vezes, metaforicamente obtuso, quando se quer ajustar a alguma situação; reto, quando se tem algum objetivo bem traçado; raso, quando se está aberto a todos os tipos de experiências. Ainda segundo o autor, é no texto que estão recompostas as relações sociais, sendo duas as mais salientes: as relações de poder e a de condescendência ilustradas pelo autor com a seguinte situação:

P: A senhora já sentiu alguma vez perigo de vida...a morte por perto?

R: Só uma vez. No carro. Né? No carro que eu fui em cima. Né? Credo! Até dá pra rir. Não. Eu vinha passando lá na...Ai! O nome daquela rua, eu Deus! Pera aí. Aquela rua dos servidores, aquela rua ali, agora, que eu não sei dizer...Pera aí, Ai, aquela rua que sai dos servidores, aquela rua ali, agora, que eu não sei dizer... Pera aí, aquela rua que sai dos servidores, que tem aquela bomba de gasolina agora, que a gente entra ali. Aquela rua ali. Vinha passando ali. Tinha dois carros. Aí uma senhora veio no fuca. Aí mando eu parar. Aí eu parei. Parei. Atravessar a rua. Parei. Ela garrou, mandou eu passar. Quando eu passei, ela botou o carro em cima. Agora eu não sei se foi um milagre, ou foi devoção que eu tenho, a fé que eu

tenho em muitas coisas que quando ela veio com o carro, eu pulei e fiquei sentada na frente do carro, ali. Quando eu dei conta de mim, eu tava sentada em cima. Foi só. A única coisa, que aconteceu na minha vida. Né? Nada mais. (MEURER, 2002, p. 20 apud MEURER e MOTTA-ROTH, 2002).

Muito claramente, depreende-se desse evento discursivo que a pedestre tem menos poder que a motorista. Com efeito, tem-se aqui o controle de uma personagem sobre outra, uma assimetria na relação estabelecida. “A naturalização do discurso da motorista, em vista da falta de questionamento de sua autoridade, sugere que, tanto para a pedestre como para a motorista, existe uma crença de que em uma situação como essa, outorga-se privilégio à motorista” (MEURER, 2002, p. 25 apud MEURER e MOTTA-ROTH, 2002). De algum modo, condescendem tanto a motorista quanto a pedestre com algo de errado, notadamente o acidente e nada foi feito a esse respeito e os fatos seguem seu curso.

Por fim, é no texto que se recompõe as identidades sociais, uma vez que elas se conectam às representações da realidade criadas pelos indivíduos nos textos que produzem e nos contatos sociais articulados por esses mesmos indivíduos. No caso apresentado, a contar pela sintaxe e o vocabulário adotados pela narradora, esta é destituída de prestígio social, o que põe em causa suas capacidades cognitivas, em suma, trata-se de uma “pessoa menos esclarecida”. Por esta razão, no entendimento de Meurer (2002, p. 27 apud Meurer e MottaRoth, 2002), “esse detalhe da identidade da narradora ajude a entender por que, no episódio narrado, ela não questiona o ocorrido ou a atitude e os procedimentos do motorista”.

Analogamente ao evento narrado, construímos representações do mundo às quais estão envolvidas numa rede de condicionantes da ação humana o que torna problemático descrever e explicar os gêneros textuais de forma sistemática. Já dizia Bakhtin em sua *Estética da criação verbal* (1997) que é no e através do discurso que emergem produções e/ou reproduções de estruturas e práticas sociais não condizentes com a potencialidade da grandeza humana. Essas construções, quando não desafiadas ou mesmo compreendidas, acabam por borrar a nossa capacidade de entender os constituintes do discurso veiculados nos textos.

Bishop e Ostrom (1997, p. 23 apud Bazerman, 2011) nos fazem saber que os “gêneros não são apenas formas. Gêneros são formas de vida, modos de ser. São frames para a ação social. São ambientes para a aprendizagem. Os gêneros moldam os pensamentos que formamos e as comunicações através das quais interagimos”. Para citar Austin (1975), dado que as palavras não apenas significam, mas

fazem coisas, perguntamo-nos: como criar um ambiente de e para a aprendizagem minimamente promissora do modo pelo qual os escolares criam novas realidades de significação (“formas de vida”), relações (“modos de ser”) e conhecimento (“moldam os pensamentos”), fazendo uso de textos?

Pretendemos oferecer uma resposta a partir do “regime de genericidade” proposto por Maingueneau (1999, p. 159 apud Marcuschi, 2008), focando particularmente no gênero conversacional² – por ser a expressão máxima da interação discursiva, considerado pelo autor como detentor “de menor estabilidade e sem uma organização temática previsível” – em conjunção com as implicaturas de Grice (1975). As razões para a instabilidade dos significados veiculados em uma conversa foram antes apontadas por Pires de Oliveira e Basso (2014), mencionados no início desse texto.

Pela pragmática discursiva de Grice (1975) o dito e o implicado são recuperados. Por definição, as implicaturas conversacionais “são fruto de inferências que emergem naturalmente ao interagirmos comunicativamente. A naturalidade e frequência com que se manifestam e o fato de que não se confundem com o significado veiculado ou inferido por meios estritamente convencionais” (FERREIRA, 2020, p. 26). Assim, ao falar “Fiz faculdade, mas aprendi algumas coisas”³, o falante afirma que frequentou um curso superior e que aprendeu algumas coisas – temos aqui o dito – e implica que nas faculdades não se aprende nada – temos aqui portanto o implicado. Nos termos de Grice (1975), o falante disse que aprendeu algumas coisas, e implicou convencionalmente uma crítica ao ensino superior. Segundo Ferreira (2020, p. 24), “convencionalmente, porque a implicação é disparada pela conjunção adversativa mas, que traz em seu significado convencional a ideia de oposição”. Não obstante, essa implicação seria cancelada caso o falante tivesse simplesmente dito “Fiz faculdade e aprendi algumas coisas”.

Para dar conta desses dois conteúdos – o dito e o implicado – Grice (1975) estabeleceu o termo implicatura. Com efeito, ao se valer exclusivamente do

2 Além dos gêneros conversacionais, o autor estabelece a seguinte caracterização: (i) gêneros autorais – textos que mantêm um caráter de autoria pelos traços de estilo, caráter pessoal e se situam em especial na literatura, jornalismo, política, religião, filosofia etc; (ii) gêneros rotineiros – são os comuns de nosso dia-a-dia, tal como aqueles que se realizam em entrevistas radiofônicas, televisivas, jornalísticas, consultas médicas, debates etc. Seus papéis são fixados *a priori* e não mudam muito de situação para situação e neles as marcas autorais se manifestam menos. Têm uma estabilidade institucional bastante definida. (MAINGUENEAU, 1999, p. 159 *apud* MARCUSCHI, 2008).

3 Exemplo retirado de PLATÃO e FIORIN (2000).

significado convencional das palavras os falantes conseguem expor informações, perguntas, instruções, sugestões, indicações, diz-se que ele recorreu às implicaturas convencionais; por outro lado, quando além do conhecimento linguístico compartilhado, um interlocutor espere contar com conhecimento extralinguístico de um outro interlocutor, então diz-se que ele apelou às implicaturas conversacionais (GRICE, 1975). Implicaturas conversacionais são disparadas sobretudo, mas não necessariamente, por artigos indefinidos:

Se eu digo a você pelo celular eu estou em um restaurante, jantando com uma mulher, minha fala sugere que não se trata da minha esposa ou filha, por exemplo. Note que eu não estaria mentindo se tal mulher fosse, de fato, minha esposa ou filha. Mentindo eu estaria se estivesse jantando sozinho ou acompanhado de meu irmão ou genro. Minha fala, porém, seria um tanto enganosa. Implicaturas semelhantes emergem com o artigo indefinido acompanhado de outros substantivos. Se eu digo a minha mulher que eu estou na brinquedoteca do meu prédio, brincando com um menino, infere-se que o menino em questão não é o meu filho. E se eu digo que eu estacionei meu carro na frente de uma casa, minha fala soaria um tanto peculiar se eu estivesse me referindo à minha própria casa. Indefinitude, nestes casos, pare e veicular uma certa distância na relação entre o falante e a pessoa ou objeto em questão (FERREIRA 2020, p. 25).

Em suma, significados ditos e implicados podem ser convencionais ou conversacionais (ditos e implicados convencional e conversacionalmente) (PIRES DE OLIVEIRA, BASSO, 2014). Os primeiros estão regidamente assentados no código linguístico socialmente compartilhado pelos agentes linguísticos; pelo caráter eminentemente extralinguístico que conferem, os significados conversacionais, ou melhor, as inferências por eles disparadas, derivam da nossa capacidade em cooperar, caso queiramos ser verdadeiramente compreendidos em uma conversa. Nesse caso, as ações dos falantes estão coordenadas e pautadas por um propósito em comum, denominado princípio de cooperação, e por certas cláusulas definidoras do comportamento comunicativo entre eles. Essas cláusulas são também conhecidas por máximas conversacionais, expostas no quadro, a seguir:

Princípio de cooperação	Máximas conversacionais
Adeque sua contribuição conversacional ao propósito ou direção assumidos pela interação verbal em que você está engajado.	(A) <i>Quantidade</i> [seja informativo] (i) Não informe menos do que o requerido (ii) Não informe mais do que o requerido (B) <i>Qualidade</i> [seja verdadeiro] (i) Não diga aquilo que você acredita ser falso (ii) Não diga aquilo para o qual você não tem evidência (C) <i>Relação</i> [seja relevante] (D) <i>Maneira</i> [seja perspicuo] (i) Evite obscuridade (ii) Evite ambiguidade (iii) Seja breve (evite ser prolixo) (iv) Seja ordenado.

Fonte: Ferreira (2020).

Ferreira (2020, p. 29) explica essas máximas do seguinte modo:

Imagine que um professor acabou de corrigir as provas finais de seus alunos e que de um total de cinquenta, quarenta e sete foram aprovados e três reprovados. O diretor, ao encontrar o professor na escola, pergunta a ele quantos alunos ele reprovou e o professor responde: *apenas três*. Neste caso, a fala do professor obedece a máxima de quantidade. Estaria violando a primeira submáxima se tivesse dito *mais de dois ou menos de cinco*, já que, ainda que verdadeiro, não estaria dizendo o bastante. Estaria violando a segunda submáxima se tivesse dito que foram apenas três, sendo um menino e duas meninas e que os quarenta e sete restantes haviam tirado notas entre cinco e dez, sendo que dois deles tiraram 10. Neste caso, estaria fornecendo informação muito além da requerida. A fala do professor também obedece a máxima de qualidade, já que é verdadeira. Estaria violando-a se dissesse *quatro*, algo que ele sabe ser falso, ou ainda se, tendo corrigido apenas um terço das provas até o momento, dissesse que dos cinquenta alunos, apenas três foram reprovados. Nesse caso, seria a segunda submáxima de qualidade que estaria sendo violada, já que o professor ainda não sabe quantos alunos foram reprovados no total. Sua fala também está de acordo com a máxima de relação, já que respondeu diretamente à pergunta feita pelo diretor. O mesmo não teria ocorrido se ele tivesse fugido à pergunta, respondendo algo como *as provas foram fáceis ou os alunos são muito esforçados*. Note a esse respeito uma certa redundância entre a segunda submáxima de quantidade (não informe mais do que o requerido) e a máxima de relação (seja relevante). Por fim, a fala obedeceu à máxima de maneira, já

que foi uma resposta clara, breve e objetiva. Teria havido uma violação dessa máxima se a resposta tivesse sido, por exemplo, *mais de dois e menos de quatro*, ou *um mais a metade de quatro*. Note que nesses casos, o conteúdo da fala teria sido o mesmo, informando que apenas três alunos foram reprovados. O estranhamento aqui vem da forma oblíqua, desnecessariamente prolixa com que o conteúdo foi transmitido. Fora isso, o professor foi informativo, verdadeiro e relevante.

Evidentemente que a validade dessas máximas está condicionada à intenção de se comunicar de maneira cooperativa, isto é, de trocar informações e conhecimentos em conformidade a elas, o que poderia parecer que se trata de um esquema cognitivo altamente idealizado e, por esta razão, não condizente com os fatos reais provenientes das interações verbais. Essa conclusão é enganosa, “quando olhamos para o uso das máximas na derivação das implicaturas conversacionais e no preenchimento da lacuna entre o que o falante diz e o que ele quer dizer e normalmente consegue comunicar com o que diz” (FERREIRA, 2020, p. 30). Vejamos o papel das inferências na derivação de conteúdos implícitos:

Marido: *Preciso sair com o carro. Onde você pôs a chave?*⁴

Esposa: *Em uma das gavetas da escrivaninha*

Por essa situação, e embora não tenha sido expressamente dito, tudo indica que a esposa tenha esquecido ou realmente não saiba em qual gaveta colocou a chave, nem tal fato segue diretamente de sua fala. Assumindo que a esposa esteja disposta a cooperar, então poderíamos dizer que teria dito onde pôs a chave, caso realmente soubesse, o que seria relevante para o marido em função do propósito de sair no carro (ela não infringiu as máximas da qualidade e relação). Por outro lado, caso a esposa esteja cooperando, a interpretação errada foi nossa e inferimos (sem nenhum respaldo) que a esposa ignorara em qual gaveta pôs a chave. A conclusão é a seguinte: convencionalmente, a esposa disse que a chave estava em uma das gavetas, mas, conversacionalmente deixou entrever que ignora onde a chave esteja.

A situação parece um tanto quanto esquemática, mas pensamos que ela fornece, ao menos em parte, a chave para compreendermos a lacuna entre o dito e o não dito (ou implicado). É sabido que quando instados a produzir textos, muitos estudantes não conseguem recuperar, no texto, o que havia inicialmente pensado. E é usualmente comum professores simplesmente dizerem, sem acrescentar

4 Adaptada de Ferreira (2020).

qualquer justificação, que *o que quis dizer não corresponde ao dito, no que está escrito*, ou seja, querer dizer não implica dizer. Essa expressão adquire um ar de mistério, quando muito leviana, e o estudante não consegue progredir no processo de aprendizagem de uma produção escrita proficiente – basta ver os resultados nas temidas produções textuais propostas pelas instituições educacionais – pois não sabe ou, infelizmente não foi ensinado, a recuperar, textualmente, o que havia pensado. Adquirir uma escrita proficiente é “algo pesaroso” a boa parte dos estudantes brasileiros. Realmente não achamos que o estudo mais detido das inferências seja capaz de resolver definitivamente a questão.

Por outro lado, ser tecnicamente treinado a derivar conclusões corretas e eliminar o fosso entre escrita e oralidade, talvez seja algo a ser seriamente pensado no contexto escolar. O fato de compreender a finalidade de determinado gênero textual, mas o estudante não se apropriar, competentemente, de suas características, não significa que irá produzir um texto que atenda ao propósito do gênero em vista. A título de ilustração, tomemos este próprio artigo científico que deverá atender aos critérios de uma determinada revista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lacuna entre o dito e o implicado pode ser estreitada via estudo das implicaturas conversacionais. Desconhecemos qualquer proposta, aqui no Brasil, de conectar o estudo dos gêneros textuais, que são pródigos, às máximas conversacionais. Importa salientar que, em última instância, esse estudo transcende o plano da superfície textual (o sintático) em direção à superfície semântica, que é mais profunda, na qual se tem a materialização de raciocínios. Com isso, estamos a defender a tese segundo a qual uma produção escrita competente é dependente de mecanismos de raciocínios capazes de, adequadamente, fornecer a qualquer acadêmico a possibilidade de derivar conclusões válidas.

A naturalidade pela qual nos comunicamos de modo linguístico encerra a enorme sofisticação com que os significados são propagados entre os agentes linguísticos. No domínio estritamente convencional (semântico), ainda que estejam ausentes as complexidades associadas ao fenômeno da indexicalidade e de outras dependências contextuais, o significado linguístico se revela inequivocamente multifacetado, possibilitando escolhas comunicativas que permitem distribuir em múltiplos domínios aquilo que se quer efetivamente veicular. A propósito, um

gênero de análise como o proposto nesta pesquisa é tal que enfatiza e, ao mesmo tempo, revela o papel da multidimensionalidade dos vários conteúdos semânticos (significados) comunicados, nomeadamente o significado afirmado, significado pressuposto e significado implicado.

Intuitivamente, o conteúdo afirmado é o ponto principal da mensagem veiculada por um falante. Grosso modo, esse tipo de conteúdo equivale aquilo que o falante disse, o que pode ser confirmado e inferido pelo seu proferimento codificado linguisticamente (sentenças). Como visto nesta pesquisa, o significado afirmado resulta dos acordos tácitos socialmente estabelecidos no uso de um código linguístico comum. Esse significado é o mais básico dentre as outras formas comunicativas, mas nem por isso é destituído de complexidades. Em geral, estudantes escorregam em suas modulações atestadas pela discrepância entre forma e conteúdo ilustrada em termos e/ou em expressões sinonímicas, elípticas, polissêmicas, dentre outras.

O significado pressuposto equivale aquilo que o agente linguístico toma como uma informação, cujo conhecimento mútuo já é conhecido entre os interlocutores. Certos marcadores linguísticos são tais que favorecem o aparecimento de pressuposições. Estas, por sua vez, não são facilmente reconhecidas pelo estudante, dificultando o entendimento de trechos de um texto – para não dizer o texto em sua totalidade. São exemplos de marcadores linguísticos de pressuposições o artigo definido, certos verbos (parar, tornar etc) e algumas construções clivadas da forma “foi quem”. Uma característica desse tipo de significado é sua resistência à negação, ou seja, pressuposições são invariantes às negações. Dada essa natureza peculiar, a semântica associada às pressuposições não é transparente comparativamente ao significado afirmado – novamente, malgrado as complexidades do convencional. Uma vez adequadamente desenvolvida, a lógica conversacional de Grice (1975), aqui delineada, poderia representar um recurso promissor no manejo do significado pressuposto.

Não obstante, ao conteúdo pressuposto e afirmado acrescenta-se um novo conteúdo, chamado conteúdo/significado implicado, que compromete o falante com sua veracidade, uma vez que, assim como as pressuposições, as implicações não são afetadas pela negação. Esse tipo de significado pode ser facilmente encontrado em orações relativas apositivas, cujo conteúdo pode ser avaliado paralelamente como se fosse uma oração independente. Uma evidência dessa independência é tal que pode eventualmente contradizer o conteúdo do restante da oração subordinada,

sem que o resultado soe inconsistente. Um comportamento interpretativo semelhante se observa com construções nominais denominadas epítetos, usadas para expressar uma avaliação pessoal, frequentemente negativa.

Para concluir, todos os conteúdos apresentados revelam as múltiplas dimensões do significado linguístico, entre os quais nossas falas transitam de modo natural e fluente. Pressuposições, afirmações e implicações (acarretamentos) são tais que se podem juntar ao significado pragmático que mencionamos na discussão da presente pesquisa, revelador de certas intenções comunicativas, cuja mescla confere uma considerável elasticidade, aproximando e distanciando, em diferentes graus, o que dizemos literalmente e o que queremos dizer, mas que transmitimos apenas de modo implicativo. Como restou evidente pela análise do modelo elaborado por Grice (1975), podemos dizer que a interação pragmática se assenta sobre duas presunções: presumimos que nossos interlocutores compartilham, ao menos em certo grau, da língua que estamos usando e compreendem o que nossas palavras significam. Não obstante, presumimos que quando alguém diz algo (em um texto, por exemplo), ele o faz com alguma intenção comunicativa, pois não está apenas dizendo, mas querendo dizer alguma coisa. Estudantes com pouca destreza linguístico-comunicativa têm imensas dificuldades na recuperação dessa intenção, ocasionando o fracasso interpretativo de uma quantidade considerável de produções textuais. Nesta pesquisa, embora não tenhamos tido a pretensão de completude, oferecemos um recurso que possa, eventualmente, mitigar esse problema.

Aliás, o caso das implicaturas conversacionais é tal que, pelas inferências abduativas poder-se-ia ir em busca da hipótese que melhor explique uma observação/intuição. Pelas inferências abduativas, o professor poderia criar projeção de cenários a partir de uma dada situação e verificar se, de fato, as hipóteses levantadas pelo aluno podem ou não justificadamente apoiar determinada conclusão. Por essa caracterização, acreditamos que a interconexão entre pragmática discursiva e gêneros textuais reforçaria a capacidade argumentativa dos estudantes. Um texto argumentativo bem escrito é o resultado dessa rede de inferência conferindo-lhe clareza, objetividade e concisão, ou seja, tudo o que se espera de um texto com qualidade.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. L. How to do things with words. Oxford: Oxford University Press, 1975.

BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAZERMAN, C. Gênero, agência e escrita. Org: HOFFNAGEL, J. C.; DIONISIO, A. P. 2 ed, São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRA, M. B. Pragmática e a dinâmica contextual. Material didático, USP, 2020.

FIORIN, José Luiz (org). Introdução à lingüística II: princípios de análise. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

FRANCHI, C. Predicação. Revista de Estudos da Linguagem, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 17-82, 2003.

GRICE, P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. Syntax and semantics 3: speech acts, New York, Academic Press, 1975.

MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, L. A. A questão do suporte dos gêneros textuais. **DLCV – Língua, Linguística & Literatura**, Paraíba, v. 1, n.1, p. 9-40, 2003.

MEDEIROS, M.A.S. Os gêneros do discurso: o que apontam Marcuschi (2000, 2003), Bakhtin (1979) e Rojo (2002). In: XXI JORNADA NACIONAL DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, 9, 2006, João Pessoa. **Anais [...]**, João Pessoa, 2006. p. 1813-1816.

MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios-para o ensino da linguagem. São Paulo: EDUSC, 2002.

PIRES DE OLIVEIRA, R.; BASSO, R. Arquitetura da conversação: teoria das implicaturas. São Paulo: Parábola, 2014.

PLATÃO, F. S.; FIORIN, J. L. Para entender o texto: leitura e redação. 7 ed, São Paulo: Editora Ática, 2000

RAPOSO, E. P. Teoria da gramática: a faculdade da linguagem. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

ROJO, R. **Gêneros do discurso e gêneros textuais**: questões teóricas e aplicadas. LAEL/PUC-SP, 2000.

SEARLE, J. Meaning: Studies in the Theory of Speech Acts. Cambridge: University Press, 1979.